

PicPay descontou R\$ 81,7 milhões em salários de servidores do GDF entre 2024 e 2025

Category: GERAL, TECNOLOGIA e CIÊNCIA

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 26 de março de 2026



O PicPay descontou R\$ 81,7 milhões em salários de servidores do GDF entre 2024 e 2025, segundo relatório de inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). A Corte de Contas determinou, em fevereiro, a suspensão de novos descontos diretamente em folha vinculados ao banco digital após identificar irregularidade envolvendo a aplicação de uma taxa sobre a antecipação salarial.

Os valores seriam referentes ao serviço de antecipação de salário, ofertado ao funcionalismo público pelo PicPay a partir de um contrato assinado com a Secretaria de Economia do DF, em setembro de 2024.

O TCDF identificou que houve “crescimento acentuado e alto volume em nova modalidade de desconto” diretamente na folha de pagamento: a amortização do serviço contratado com o PicPay.

Em 2024, os consignados representaram R\$ 11,7 milhões. No ano seguinte, de janeiro a agosto, chegaram a R\$ 70 milhões.

A Corte de Contas identificou irregularidade na operação. Segundo a área técnica do tribunal, a condição “essencial e

inafastável” para a legalidade do desconto diretamente na folha de pagamento é a ausência de juros. No caso do PicPay, foi identificada a cobrança de uma “taxa”, apontada pelo TCDF como irregular.

“A alegação de que a modalidade com taxa é opcional não afasta a irregularidade, pois o desconto em folha, sendo compulsório, não deveria estar atrelado a um serviço que, em uma de suas formas, implica custo financeiro para o servidor”, afirmou o TCDF.

A Corte de Contas apontou que a Secretaria de Economia alegou que “compete ao servidor avaliar os termos contratuais”. Para a área técnica do tribunal, transferir a responsabilidade de análise ao funcionário público e aceitar a justificativa do banco digital de que “taxa não é juro” revela “fragilidade no papel fiscalizador” do órgão público.

“Portanto, conclui-se que os descontos do PicPay, nos casos em que há cobrança de taxa, estão em desacordo com o arcabouço normativo que os autoriza”, concluiu.

CPMI do INSS

A CPMI do INSS recebeu relatórios que apontam pagamentos da J&F, dono do PicPay, para o escritório fundado pelo governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), em período concomitante com a assinatura do contrato do banco digital com o GDF. Essa informação foi divulgada primeiro pelo G1.

Nesta terça-feira (24/3), Ibaneis negou irregularidade e declarou que não é responsável pelo escritório, que “tem contrato com uma das empresas dele [Grupo J&F]”.

“São mais de mil processos em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Então, não existe nada de errado no contrato firmado pelo escritório. A prestação do serviço está lá. Os processos são públicos, com procuração juntada nos autos”,

alegou.

A J&F Participações disse que, “caso os relatórios mencionados pela reportagem existam, configuram um grave crime de quebra ilegal de sigilo bancário que as autoridades competentes têm o dever de investigar”.

“O escritório mencionado defende o grupo em mais de 500 processos, há mais de uma década. Não há qualquer relação entre eventuais pagamentos ao escritório e ações do Governo do Distrito Federal, e a reportagem faz uma ilação baseada em informações que não sustentam essa tese”, declarou.

A CPMI também recebeu e-mail que teria sido enviado pelo PicPay ao então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, em 15 de agosto de 2024, oferecendo a “antecipação salarial” e citando o acordo com o GDF.

O que dizem

A Secretaria de Economia do DF informou que “as determinações da Corte estão sendo analisadas pelas áreas técnicas competentes e serão integralmente observadas, dentro dos prazos fixados”.

“Caso necessário, serão adotadas as medidas operacionais para adequação dos procedimentos, em conformidade com a legislação vigente. Manifestação formal será apresentada ao TCDF no prazo estabelecido”, informou.

A pasta confirmou que o PicPay é a única instituição financeira “que manifestou interesse e concluiu todos os trâmites necessários para ofertar o serviço de antecipação”.

O PicPay não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Fonte: Metropoles e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
26/03/2026/14:43:35

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

O papel da publicidade online no crescimento dos negócios digitais